

Espaços de Exclusão: uma abordagem comunicacional¹

Mayara Martins da Quinta Alves da SILVA²
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

Neste ensaio teórico serão imbricados os conceitos de: espaços de exclusão; estigmas; corpo gordo e cidadania. O tensionamento teórico será efetivado a partir de uma perspectiva comunicacional. O objetivo é demonstrar como o estigma social da obesidade acaba sendo refletido em espaços que comunicam exclusão para esses corpos e, por consequência, atuam como espaços que afastam do acesso à cidadania. Nos resultados apresentados é possível verificar a composição desses espaços de exclusão a partir de três eixos: estrutural/relacional/simbólico.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; corpo gordo; espaço; cidadania; estigma.

INTRODUÇÃO

Com um olhar histórico sobre a estigmatização do corpo gordo, é possível verificar como esses corpos sofrem violências intensas decorrentes desse processo. Autores como Vigarello (2012) e Poulain (2013) demonstram como a gordofobia afeta socialmente esse grupo. Este trabalho começa com a ideia de que todo esse processo de estigmatização é fundamentalmente comunicacional, se faz a partir da comunicação. Com essas premissas em vista, a intenção deste ensaio teórico é demonstrar como o processo de estigmatização da pessoa gorda acaba produzindo espaços de exclusão que funcionam como instâncias potencializadoras do afastamento à cidadania.

Os seguintes conceitos serão tensionados: comunicação; espaços de exclusão; estigmas sociais; corpo gordo e cidadania. Para isso, será utilizada a noção de cidadania de Cortina (2009), a percepção sobre estigmas sociais de Goffman (1988), a perspectiva de comunicação de Sodré (2021) e o trabalho sobre exclusão social e estigmas de Melo (2000).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Política e Cidadania, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 5 a 7 de junho de 2024.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Jornalista e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: mayaraquinta@gmail.com.

Essas concepções teóricas serão demonstradas de forma relacional, e, por fim, serão destacados os resultados sobre as diferentes maneiras que esses espaços podem comunicar exclusão para pessoas gordas.

Comunicação processual e o corpo gordo

Para pensar a construção comunicacional do estigma do corpo gordo é fundamental delimitar o que se considera como comunicação. Quando Sodré (2021) se utiliza da metáfora do *pharmakon*³ para descrever a comunicação, o autor evidencia o caráter processual do conceito. Nessa concepção a comunicação pode ser veneno e ao mesmo tempo cura.

Esse caráter de construção de mobilidades e dualidades demonstra como a comunicação é constitutiva para processos sociais que constroem ou destroem, a depender do prisma. Os processos e dinâmicas sociais estão em constante transformação, já que a vivência em sociedade não é estática. É essa comunicação que é, essencialmente, processual e considerada a partir do compartilhamento de significados, que esse ensaio irá considerar.

Dado esse contexto, estreita-se essa noção processual e formadora de mobilidades associada à comunicação com a perspectiva clássica sobre estigma. Goffman (1988), quando teorizou sobre as principais características definidoras do estigma, demarcou o conceito associando-o com algo indesejável para o sujeito. São características consideradas negativas, malvistas socialmente, e que irão compor a identidade e impactar profundamente as relações e significações sobre a pessoa, reduzidas ao estigma.

Considerando esse cenário negativo, associado ao estigma, Melo (2000) traz uma relação direta da aquisição do estigma com o afastamento à condição cidadã. Isso é, por ser considerado indesejável em razão de seu estigma, o sujeito estaria, portanto, sendo afastado de sua possibilidade de exercer a cidadania, de atuar como cidadão em sua comunidade:

O sujeito denominado como portador de um estigma não pode pertencer à mesma categoria de sujeitos (cidadãos), isto é, participar com os

³ Sodré (2021) aborda a comunicação no sentido de *pharmakon* quando vai tratar da sociedade incivil. Esse entendimento do conceito é basilar e já foi discutido de forma mais extensa em outros trabalhos. Sobre isso, ver Silva, Temer (2022).

mesmos direitos, mas tem de obedecer às regras da marginalidade e responder dentro dos critérios preestabelecidos para o grupo. (Melo, 2000, p. 18).

Melo (2000), portanto, aproxima a noção de estigma de Goffman (1988) com o processo de afastamento do acesso à cidadania, vinculado ao estigmatizado. A autora não destaca a especificidade do estigma, ou seja, não o restringe à estigmatização do corpo gordo, mas são evidentes os paralelos.

Ao olhar para importantes autores que abordam as características históricas e sociológicas da obesidade, como Vigarello (2012) e Poulain (2013), é possível traçar uma conexão imediata com os resultados apresentados por Melo (2000). Este paralelo está na forma como o corpo gordo se consolidou socialmente como estigma, construído e compartilhado desde a Idade Média e presente até a contemporaneidade (Vigarello, 2012).

Estabelecido o vínculo entre comunicação, corpo gordo, estigmatização e cidadania (ou a falta dela), a intenção é olhar de forma crítica para um produto de todo esse arranjo, que aqui será descrito como espaço de exclusão.

A produção dos espaços de exclusão

Todo esse processo negativo associado à estigmatização da obesidade leva a consequências que se materializam nas vivências das pessoas gordas. Essas consequências podem ser, por exemplo, a forma de tratamento dado a essas pessoas no cotidiano. Essa pessoa, portadora do estigma, pode ser destrutada no ambiente de trabalho, por exemplo, ou desacreditada, satirizada. São inúmeras as formas de violências que decorrem dos estigmas. Os espaços de exclusão são consequências materiais e imateriais do compartilhamento de estigmas.

Para Melo (2000), os estigmas acontecem dentro de uma sociedade que tudo categoriza, daí a criação de padrões. A partir daquilo que é normativo, dentro de uma categorização, é possível delimitar aquilo que não se enquadra à regra: “marcando juízos de valores éticos e morais aos sujeitos que não correspondem às qualidades determinadas para cada categoria.” (Melo, 2000, p. 19).

Esse sistema de categorização tem consequências sociais. A pessoa gorda é estigmatizada e, portanto, marcada com um juízo de valor de caráter moral. Poulain (2013) trata desse limite da moralidade associado ao estigma do corpo gordo. Quando se

fala, por exemplo, que alguém é gordo por preguiça ou por “safadeza”, fica estabelecido o entendimento de que aquela pessoa individualmente opta por ser daquela maneira e que, portanto, ela adentra ao campo da imoralidade, “fez por querer”.

Esse tipo de comportamento social pode ser determinado como a culpabilização do corpo gordo. Com isso, as consequências dos estigmas começam a adentrar ao campo das espacialidades, ou seja, passam a impactar de forma direta a vida das pessoas, inclusive em sua relação com os espaços de socialização: na igreja, em casa, nos ambientes de consumo, nos espaços públicos, em todo lugar que o estigma prevalecer será formado um espaço de exclusão.

Os espaços de exclusão acontecem da seguinte forma: a sociedade funciona a partir de categorizações e da criação de padrões; quem está fora do padrão (inclusive esteticamente) é considerado desviante e, portanto, estigmatizado; os estigmas circulam socialmente e formam estruturas de poder em que, aquele que é diferente não pode pertencer; a falta de pertencimento e as violências geradas com a estigmatização são reproduzidas nos espaços; a sociabilidade do estigmatizado é afetada e são formados espaços de exclusão.

Apesar de ser um processo complexo, que não funciona de maneira tão direta ou reducionista, essa sequência de fatos auxilia na compreensão sobre a forma como o fluxo comunicacional acaba impactando diretamente a vivência do estigmatizado. Esses espaços de exclusão originam, como consequência, um afastamento do acesso à cidadania, já que os estigmatizados não pertencem à tais espaços; muitos desses espaços públicos ou de uso comum, que deveriam ter como premissa a democratização dos usos.

A cidadania referida é uma cidadania multidimensional, com diversos eixos e possibilidades, diagnosticada por Cortina (2009). Com isso, é possível se afastar do acesso à cidadania de diversas formas, como nos campos: político, civil, econômico, cultural ou identitário. Esse afastamento acontece na medida em que:

(...) a busca de situações de rechaço, de componentes marcados pela impossibilidade de estabelecer vínculos com o grupo de referência; instaura-se o registro da violência nas suas relações, estrutura-se o ciclo da repetição dos componentes destrutivos; atravessa os espaços, as fronteiras do individual para o coletivo e, em decorrência, contribui para os desvios dos sujeitos envolvidos na trama. (Melo, 2000, p.21).

Esses ciclos destrutivos evidenciado por Melo (2000) dialogam com a noção de comunicação processual, que pode destruir ou construir, mas sempre movimentada. No caso do reforço de estigmas e na formação de espaços de exclusão, essa comunicação é basililar para os aspectos destrutivos, de ruptura. Ao mesmo tempo, também pode fortalecer poderes vigentes, perspectivas hegemônicas. Em relação ao estigma do corpo gordo, a perspectiva hegemônica é da magreza considerada como padrão esperado e sinônimo de adequação, de sucesso. Na contrapartida do corpo gordo como corpo a ser modificado, inadequado ao padrão.

Nesses espaços de exclusão referenciados (públicos ou privados) é possível perceber a exclusão circula de três formas distintas: de forma estrutural, de forma relacional e, por fim, de maneira simbólica.

O estrutural diz respeito à estrutura física do espaço. Por exemplo, em um teatro que não tem cadeiras adequadas e, por essa razão, acaba afastando pessoas que já sabem que estruturalmente aquele lugar não será adequado para seu uso. Ou um ônibus, com a catraca estreita, que vai dificultar a passagem da pessoa gorda. Ou até mesmo um avião, sem espaços destinados especificamente para o acesso confortável de uma pessoa com obesidade. São inúmeros e diversos os exemplos de espaços que, fisicamente, não são construídos para um uso democrático, inclusivo.

Na sequência, a exclusão relacional diz respeito às relações sociais que se estabelecem dentro desses espaços. Por exemplo: se um espaço é estruturado de forma acessível para pessoas gordas, porém, quando alguém com obesidade vai utilizá-lo percebe que foi tratado de maneira desrespeitosa, esse espaço também será um espaço de exclusão. A exclusão relacional acontece de diferentes formas: piadas em tom gordofóbico, ou mesmo ignorar a existência dessas pessoas em determinados espaços. Há diferentes formas de excluir através da perspectiva relacional.

Por fim, o aspecto simbólico diz respeito a maneira como essa exclusão será transmitida, e inclui tanto o aspecto estrutural, quanto o aspecto relacional. A exclusão simbólica acontece na medida em que a pessoa gorda irá interpretar aquele espaço como um local a que não pertence, seja pela falta de estrutura adequada, ou pelo medo do julgamento social, decorrente das pessoas que utilizam esses espaços. Esses espaços vão, portanto, simbolizar o não pertencimento, afastar, excluir.

Considerações Finais

Os espaços de exclusão, portanto, comunicam violências de diferentes formas e afastam. Com isso, ao deixar de utilizar certos espaços, essas pessoas são cerceadas do direito de ir e vir, de usar espaços públicos e espaços privados de uso comum. Acabam evitando situações e vivências como forma de proteção, o que faz com elas fiquem restritas à espaços que considerem seguros, em que saibam que há uma sensação de pertencimento. Essa dinâmica acontece em um contexto em que os espaços de segurança são cada vez mais restritos.

Com todo esse contexto apresentado, nota-se a estreita relação dos conceitos de: comunicação, estigma e corpo gordo, na estruturação de espaços de exclusão que, por fim, geram o afastamento do acesso à cidadania.

É possível observar, a partir dos tensionamentos teóricos, que os espaços de exclusão associados à estigmatização da obesidade são gerados a partir do fluxo comunicacional, e evidenciados a partir das estruturas físicas, das relações sociais e da simbologia destes espaços.

REFERÊNCIAS

CORTINA, Adela. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

MELO, Zélia Maria de. Estigmas: espaços para exclusão social. **Ciências, Humanidades e Letras**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 18-22, 2000.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da Obesidade**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

SILVA, Mayara Martins da Quinta Alves da; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Incivilidade, cidadania civil e a estigmatização da obesidade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÍDIA, CULTURA, CIDADANIA E INFORMAÇÃO*, 16., 2022, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2022. p. 317-322.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade Incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo: histórias da obesidade no Ocidente da Idade Média ao Século XX**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.